



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Informações nº ____/2024

(Do Sr. Rodrigo Valadares)

Solicita informações a Sra. Simone Nassar Tebet, Ministra de Estado de Planejamento e Orçamento, informações acerca da elaboração de estatísticas públicas por órgãos vinculados ao Ministério.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno sejam solicitadas informações a Sra. Simone Nassar Tebet, Ministra de Estado de Planejamento e Orçamento, informações acerca da elaboração de estatísticas públicas por órgãos vinculados ao Ministério.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito as informações abaixo discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão dos fatos noticiados.

1. **Métodos de Coleta:** Quais são os métodos utilizados pelo Governo para a coleta de dados que fundamentam as estatísticas oficiais?
2. **Periodicidade:** Com que frequência são realizadas as atualizações e publicações das estatísticas oficiais?





3. **Órgãos Envolvidos:** Quais entidades ou órgãos governamentais são responsáveis pela elaboração, análise e validação das estatísticas oficiais?
4. **Qualidade e Acessibilidade:** Existem iniciativas em andamento para melhorar a qualidade, abrangência e acessibilidade das estatísticas oficiais?
5. **Transparência:** Onde o público pode acessar as metodologias utilizadas nas estatísticas oficiais e os dados que sustentam esses números?

JUSTIFICATIVA

Nos últimos dias, chamam à atenção da população brasileira a publicação de estatísticas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento. A instituição, presidida atualmente pelo Sr. Márcio Pochmann vem sendo acusada de adulterar estatísticas para fornecer dados favoráveis para a atual gestão do Palácio do Planalto, perseguir servidores públicos e a criação de uma espécie de “IBGE paralelo”.

Na mais recente pesquisa publicada pelo instituto, foi divulgado que o Brasil tirou 8,7 milhões da pobreza no período um ano e 3,1 milhões deixaram a "extrema pobreza"; que o número de jovens brasileiros que não estudam ou não trabalham atingiu o menor nível da série histórica desde 2012, Além disto, segundo a instituição, no mês de setembro a taxa de desemprego caiu para 6,4%.





Entretanto, estes números vão a desacordo com os aferidos por outras instituições: segundo o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Brasil perdeu a 9º posição no ranking de maiores economias do mundo, registrando uma dívida bruta superior a R\$ 9 trilhões no mês de Outubro, atingindo uma relação de quase 79% entre a arrecadação e a dívida.

Não obstante, os dados envolvendo o desemprego no Brasil ignoram fatores como os beneficiários de programas sociais do Governo. Segundo o jornalista Cláudio Humberto, os dados aferidos pelo IBGE ignoraram quase 44 milhões de brasileiros, divididos entre aqueles que recebem o programa Bolsa Família (37 milhões de pessoas) e jovens que não estão nem no mercado de trabalho, tampouco cursando Ensino Médio, Superior ou Técnico (5 milhões), impactando assim a estatística pública sobre desemprego no Brasil.

Outra denúncia que chama a atenção é a tentativa de Pochmann criar uma espécie de “IBGE paralelo”, por meio da Fundação de Direito Privado IBGE+. Servidores do IBGE souberam da criação deste novo órgão após o vazamento da publicação do seu estatuto no Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística vêm denunciando tal prática como uma tentativa de enfraquecimento da instituição, que diferente do IBGE, subordinado atualmente ao Ministério do Planejamento e Orçamento, seria submetida diretamente a Presidência da República.

Os servidores da instituição vem cobrando publicamente a demissão de Pochmann do IBGE por adotar comportamento autoritário, não dialogando com o corpo de funcionários da instituição e supostamente perseguir servidores que não concordam com as linhas de pesquisa adotadas por Pochmann. Outro ponto levantado pelo sindicato é o excesso de viagens realizadas pelo Presidente da instituição, considerando as dificuldades de caixa as quais o IBGE atravessa nos dias atuais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O histórico de Pochmann chama à atenção. No período em que presidiu o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA entre 2007 e 2012, seu trabalho ficou conhecido por perseguir opositores do Partido dos Trabalhadores que trabalhavam no IPEA, engavetamento de estudos estatísticos que criticavam ações do Governo, projetos relevantes que foram extintos por serem comandados por estudiosos críticos as administrações petistas e realização de concurso público com viés de alterar os núcleos de pesquisa da instituição, abandonando os estudos econômicos e adotando linhas de pesquisa voltadas a teses voltadas à área de ciência política e adotando teses mais à esquerda. O IBGE não pode ser utilizado para alimentar narrativas políticas, mas sim fornecer dados e estatísticas que possam fomentar a implementação de políticas públicas.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2024.

RODRIGO VALADARES

DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SE

